

## **PSICOLOGIA FORENSE EM CONSTRUÇÃO: QUEM É O CLIENTE DESTES CAMPOS NO BRASIL?**

A Psicologia Forense é uma área emergente no Brasil enquanto campo sistematizado, já que sua prática não é nova. Contudo, o primeiro mestrado na América do Sul com área de concentração em Psicologia Forense está no Brasil e está sistematizando e produzindo conhecimento na área. Esta atividade visa apresentar dados de pesquisa em subáreas da psicologia forense referentes à avaliação forense, psicologia do crime, prevenção e pesquisa propriamente dita, com população de crianças em situação de risco e vulnerabilidade social, adolescentes em conflito com a lei e criminosos condenados (homicidas reincidentes e estupradores), ilustrando uma ampla gama da população contemplada pela área.

## **O PERCURSO DE CONFLITO COM A LEI DE UMA AMOSTRA DE ADOLESCENTES PARANAENSES QUE COMETERAM ATOS INFRACIONAIS VIOLENTOS.** *Giovana Veloso Munhoz da Rocha (Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba), Vinicius Carvalho\*\* (Mestrado de Psicologia Universidade Universidade Tuiuti do Paraná e Polícia Civil do Estado do Paraná, Curitiba)*

Em tempos nos quais se discute o clamor social da redução da maioridade penal, o presente trabalho apresentará dados referentes a uma amostra de adolescentes paranaenses que praticaram atos infracionais considerados violentos no período dos anos de 2005 a 2008 e foram representados pelo Ministério Público do Paraná junto à 3ª Vara da Infância e da Juventude de Curitiba-PR. Os autores dos atos infracionais selecionados foram aqueles que cometeram delitos utilizando-se de violência física e/ou grave ameaça, tais como Homicídio, Lesão Corporal, Roubo e Crimes Sexuais, e que estão definidos desta forma no Código Penal Brasileiro, apesar de responderem aos atos infracionais de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069, de 13/07/1990). Estes jovens autores de atos infracionais violentos foram identificados e tiveram seus dados comparados com informes do ano de 2012 constantes do Sistema de Registros Policiais SRP – da Secretaria de Segurança do Estado do Paraná, para verificar o que foi nomeado neste trabalho de “percurso de conflito com a lei”. Foram realizados levantamentos nos anos de 2005 a 2008 dos percentuais por infração e por gênero dos óbitos e comparados no Sistema de Registro Policial –SRP, no ano de 2012, com a finalidade de verificar a) a quantidade de adolescentes que na maioridade se encontram presos, b) os que possuem indicativo criminal e estão soltos, c) os que foram a óbito e d) os que não possuem indicativo criminal. Buscou-se conhecer a situação dos indicativos criminais dos genitores desses adolescentes em conflito com a lei. O percurso de conflito com lei compreende todo o percurso desse sujeito, desde a adolescência no cometimento de atos infracionais até após e durante sua maioridade penal. O resultado deste estudo é que 36,13% dos adolescentes não apresentaram nenhum registro policial na maioridade. Os demais (63,87%) estão distribuídos da seguinte forma: 19,19% estão presos, 22,16% possuem indicativo criminal e estão em liberdade, 8,69% não foram encontrados e 13,83% foram a óbito.

Nível do trabalho: Mestrado - M

Palavras-chave: ato infracional, adolescente em conflito com a lei, percurso de conflito com a lei, comportamento antissocial

Área da Psicologia: JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

**PERFIL DOS CRIMINOSOS SEXUAIS DE UM PRESÍDIO DO ESTADO DO PARANÁ.** *Adriana Aparecida Garbin Carreiro\*\* (Mestrado de Psicologia Universidade Universidade Tuiuti do Paraná e Departamento Penitenciário do Estado do Paraná, Cascavel), Giovana Veloso Munhoz da Rocha (Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba)*

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o perfil dos agressores sexuais, por meio do levantamento das características gerais, do comportamento criminológico, do *modus operandi*, e, ainda do uso do instrumento Static-2002R e da classificação do Centro de Tratamento de Massachusetts, para os Estupradores de adulto MTC:R3 e para os Estupradores de crianças MTC:CM3. Este estudo ocorreu em uma penitenciária do Estado do Paraná e contou com a participação de 84 infratores sexuais condenados e do sexo masculino. A primeira etapa da pesquisa iniciou-se com análise dos dados do sistema SPR e dados dos processos judiciais, o que permitiu preencher o protocolo de características gerais e o protocolo de comportamento criminológico; a segunda etapa foi a realização de uma entrevista semiestruturada com os participantes, para sanar dúvidas e obter informações faltantes; a terceira e quarta etapas foram as traduções dos instrumentos de classificação para estuprador de criança MTC:CM3, estuprador de adulto MTC:R3 e instrumento de avaliação de risco Static-2002R; a quinta etapa foi o preenchimento dos instrumentos MTC:CM3 e MTC:R3 para cada um dos participantes com base em todas as informações coletadas anteriormente (exceto para os infratores incestuosos que de acordo com os critérios dos autores são excluídos da classificação), a sexta etapa, foi o preenchimento do instrumento de avaliação de risco Static-2002R para cada um dos participantes também com base em todas as informações coletadas anteriormente. Os resultados desse estudo indicaram que dos 10 participantes classificados como Sádicos Evidentes (sendo 2 classificados pelo MTC:CM3 e 8 classificados pelo MTC:R3), 30% (n=3) mataram suas vítimas e 60% (n=6) obtiveram pontuação acima do risco moderado (score acima de 5) no Static-2002R. Os resultados deste estudo são consistente com uma pesquisa realizada por Kingston et al (2010), em foi comparada a pontuação dos infratores sexuais sádicos e infratores sexuais não-sádicos em um instrumento que avalia o risco de reincidência conhecido por SORAG (Quinsey et al, 2006), e que foi verificado que os infratores sexuais sádicos obtiveram maior pontuação no instrumento de avaliação de risco do que os infratores não sádicos. Todos os participantes que foram classificados como Sádicos Evidentes exerceram uma agressão física além da necessária para a submissão da vítima (ex.: batendo, espancando, dando socos, asfixiando, entre outras agressões). Os infratores classificados como incestuosos (infratores intrafamiliares) foram os que obtiveram a menor pontuação no Static-2002R. Dos 84 participantes, a maioria 69% (n=58) dos participantes já tinham algum tipo de reincidência, sendo que 18% (n=15) tinham reincidência em outro crime sexual, 35% (n=29) tinham cometido outro tipo de crime e 17% (n=14) tinham cometido tanto crime sexual quanto outro tipo de crime. Buscou-se com esta pesquisa, contribuir para a construção de conhecimento da psicologia forense no Brasil, principalmente, no que diz respeito à avaliação do perfil do Infrator sexual. E, ainda, contribuir com o processo de implementação da avaliação de risco dos agressores sexuais, usando para isso, o Static-2002R e as Classificações do Centro de Tratamento de Massachusetts (MTC:CM3 e MTC:R3).

Nível do trabalho: Mestrado - M

Palavras-chave: Avaliação de risco, criminosos sexuais, comportamento criminológico.

Área da Psicologia: JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

**ADAPTAÇÃO E PARÂMETROS PSICOMETRICOS DO APSD – ANTISOCIAL PROCESS SCREENING DEVICE PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL DE ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE CURITIBA.** *Adriano Luís Alves Watanabe\*\* (Mestrado em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná e Prefeitura Municipal de Curitiba), Giovana Veloso Munhoz da Rocha (Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba)*

A utilização da definição de psicopatia proposta por Hare (1993) para a classificação de adultos que apresentam comportamentos antissociais vem ganhando crescente apoio no meio científico. As tentativas de expandir os estudos para outras faixas etárias, como crianças e adolescentes tem ampliado seu reconhecimento neste meio. O APSD – Antisocial Process Screening Device – é um instrumento de avaliação que tem o objetivo de identificar os padrões indicativos de comportamentos antissociais graves na faixa etária de 6 a 13 anos, por meio de múltiplos respondentes, sendo estes os cuidadores e um professor. Adaptar e padronizar instrumentos utilizados em outros países é uma prática freqüente e necessária para a correta utilização de ferramentas de avaliação. Este estudo inicial com o APSD, realizou a tradução do instrumento para o uso no Brasil, por meio da técnica de tradução e retrotradução que utiliza diferentes juízes para traduzir os itens originais para a língua alvo e posteriormente traduzir esta versão novamente para a língua original verificando as possíveis diferenças. Também foram feitas adaptações necessárias para a adequação dos itens para o contexto do país, relacionadas a diferença de legislação trabalhista e compreensão de determinadas palavras. Os parâmetros psicométricos foram estimados com uma amostra de 240 crianças avaliadas pelo instrumento, com média de idade de 9,24 anos, destas 123 foram avaliadas por professores e 117 por cuidadores sem excluir os outliers. Constatou-se que a consistência interna do APSD foi satisfatória (Guttman Split-Half = 0,926) quando estimada com todos os itens do teste. Já a correlação entre as respostas de cuidadores e professores foi apenas moderada ( $r = 0,557$ ;  $p < 0,001$ ), porém maiores que as propostas pelo instrumento. Também apresentaram medidas de tendência central dos escores totais semelhantes. Foi possível replicar parcialmente a estrutura fatorial em três fatores, como proposto no instrumento original, encontrando cargas fatoriais maiores que 0,3 para todos os itens das subescalas. Também encontrou-se adequação na estrutura fatorial de dois fatores, com cargas fatoriais maiores que 0,3, utilizando como critério de fator autovalor maior que 1. Tabelas normativas de correção baseada na amostra utilizada neste instrumento foram propostas, mesmo que os valores não tenham diferido consideravelmente dos propostos pelo manual do instrumento, para balizar novas pesquisas realizadas no Brasil. Diante disso, pode-se constatar que o APSD pode ser uma ferramenta útil, de fácil aplicação e com indicação de adequação das medidas psicométricas de validade, sendo necessários mais estudos para sua padronização para uso no Brasil.

Nível do trabalho: Mestrado - M

Palavras-chave: Comportamento Antissocial, Prevenção, Avaliação Forense

Área da Psicologia: JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

**PERFIL DE AMOSTRA DE PRESOS COM MAIS DE UM CRIME COM MORTE CUMPRINDO PENA EM TRÊS PENITENCIÁRIAS DO PARANÁ.**

Ana Paula Jesus da Silva\*\* (*Mestrado em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba*), Giovana V. Munhoz da Rocha. (*Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba*)

O preso que comete mais de um crime com morte apresenta um perfil específico que, ao ser negligenciado, pode repercutir em danos significativos para a sociedade, consistente com recidivas delitivas que vão escalando e passam a compor um hábito de vida. É visto, pois, que o preso que torna a matar apresenta características específicas que o diferenciam daquele que o faz apenas uma vez de forma ocasional. Considerar tais aspectos significa não ser negligente com questões relevantes de implicância social, uma vez que a reincidência em crimes violentos sinaliza a necessidade de reflexões acerca da eficácia do sistema penal brasileiro. A presente pesquisa consiste num estudo sobre o perfil do preso reincidente em crimes com morte. O objetivo principal adveio do interesse em diferenciar indivíduos presos pelo cometimento de apenas um crime envolvendo morte daqueles com reincidências em tais crimes, independente das motivações para as mesmas. O estudo buscou caracterizar os presos com mais de um crime com morte a fim de diferenciá-los quanto a aspectos específicos e, em seguida, discutir questões relevantes para uma adequação do sistema prisional visando a diminuição da reincidência criminal. A amostra de presos foi selecionada a partir de um critério pré-estabelecido, seja ele, o cometimento de mais de um crime com morte com ao menos uma condenação decretada. A análise abordou características gerais do preso (idade, estado civil, profissão e escolaridade) e do crime cometido (tipo de crime, modus operandi, arma utilizada, motivação e relação com a vítima), com associações ainda a questões relevantes identificadas como interferentes na predição da reincidência, como histórico criminal, uso de substâncias psicoativas, etc. A amostra contou com 189 presos cumprindo pena em três penitenciárias do Estado do Paraná entre novembro de 2011 e setembro de 2012. Os dados foram coletados por meio da análise de processos e prontuários, além da consulta a base de dados interna do sistema penitenciário. Do total da amostra (n=189), 102 possuíam mais de uma condenação envolvendo morte, enquanto 87 possuíam processos envolvendo morte em andamento, prescritos ou citados, além daquele pelo qual já estavam condenados. Os resultados apontam o latrocínio como o principal crime cometido pela amostra da pesquisa, o que traz a tona discussões sobre as reais motivações para o cometimento desse tipo de crime, como a desigualdade social e a distribuição de renda, uso de drogas e o ganho fácil por meio da criminalidade. Tais questões ainda associadas a um sistema de justiça que precisa ser aprimorado, problemas típicos de um país como o Brasil. Os objetivos da presente pesquisa foram parcialmente atingidos, uma vez que a ausência de dados nos sistemas destinados para seus registros acabou comprometendo um estudo mais completo das informações buscadas. Dados relevantes ausentes e informações contraditórias foram as principais dificuldades encontradas em diferentes sistemas que não interagem entre si.

Apoio financeiro/Bolsa: Sem apoio financeiro

Nível do trabalho: Mestrado - M

Palavras-chave: Reincidência Criminal, Crimes com Morte, Latrocínio.

Área da Psicologia: JUR - Psicologia Jurídica, Forense e Criminal